08 SUPERVISÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTIRRÁBICA ANIMAL NA I GERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Iris Fernandes da Cruz[1]
Geraldo Faustino da Silva Júnior[1]
Maria Vitória da Silva Pereira[2]
Fabíola Carneiro Pereira[3]
Ana Cristina Pedrosa do Monte[3]

[1]Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, Pernambuco, Brasil
[2]Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
[3]Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

DOI: 10.37085/bookAS.13.chap8

RESUMO

A raiva é uma zoonose viral de elevada letalidade e relevante impacto para a saúde pública, exigindo ações contínuas de vigilância, prevenção e controle. No Brasil, as campanhas de vacinação antirrábica animal constituem uma das principais estratégias para interrupção da cadeia de transmissão do vírus, articulando vigilância ambiental, atenção à saúde e participação comunitária. O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência de supervisão técnica da Campanha de Vacinação Antirrábica Animal realizada nos municípios da I Gerência Regional de Saúde de Pernambuco em 2025, abrangendo supervisão de postos de vacinação, acompanhamento das equipes municipais e análise das condições estruturais, logísticas e operacio-

nais. Foram supervisionados 39 pontos de vacinação distribuídos em 19 municípios, envolvendo profissionais de vigilância ambiental, agentes comunitários de endemias, médicos veterinários e residentes em saúde coletiva. Observou-se boa organização dos serviços, adesão satisfatória da população, disponibilidade de insumos e cumprimento dos protocolos técnicos e de biossegurança. Entre as fragilidades identificadas destacaram-se insuficiência de materiais de contenção animal e dificuldades de comunicação em áreas rurais. A experiência evidenciou a importância da supervisão regional para qualificação das ações municipais, fortalecimento da integração intersetorial e ampliação da cobertura vacinal, contribuindo para a prevenção da raiva animal e humana nos territórios.

Palavras-chave: Vigilância em saúde, Vigilância ambiental, Raiva, Vacinação antirrábica

INTRODUÇÃO

A raiva é uma antropozoonose viral infectocontagiosa de extrema gravidade, caracterizada por encefalite aguda e progressiva, com letalidade próxima a 100%[1,2]. A transmissão ocorre principalmente pela inoculação do vírus presente na saliva de animais infectados, por meio de mordeduras, arranhaduras ou contato com mucosas e pele lesionada[3].

Historicamente associada ao ciclo urbano e à transmissão por cães, a raiva permanece como importante desafio de saúde pública devido à manutenção do vírus em reservatórios silvestres[1]. No Brasil, a vacinação animal constitui a principal estratégia de prevenção, sendo ofertada gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do Programa Nacional de Profilaxia da Raiva (PNPR), implantado em 1973[4]. Essa política contribuiu para a redução expressiva dos casos de raiva urbana nas últimas décadas.

As campanhas anuais de vacinação antirrábica buscam alcançar coberturas vacinais superiores a 80% da população de cães e gatos, fortalecendo o controle do ciclo urbano da doença e promovendo ações de educação em saúde[4]. Nesse contexto, a Vigilância Ambiental

desempenha papel estratégico na detecção e controle de fatores que interferem na saúde humana[5].

Assim, o presente capítulo objetiva descrever a experiência de supervisão técnica desenvolvida durante a Campanha de Vacinação Antirrábica Animal nos municípios da I Gerência Regional de Saúde de Pernambuco, evidenciando as potencialidades da vigilância em saúde no fortalecimento das ações de controle da raiva nesses territórios.

METODOLOGIA

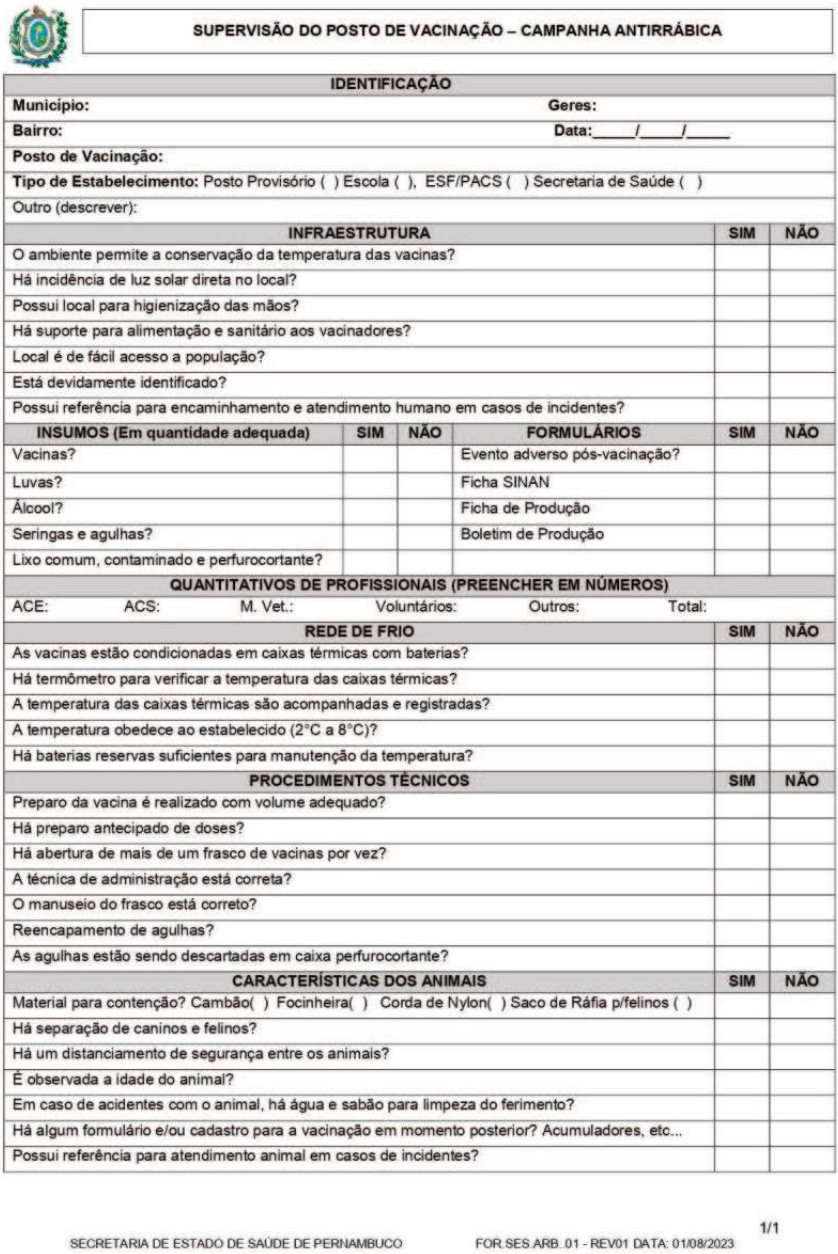
Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, construído a partir das atividades desenvolvidas pela equipe técnica da Vigilância Ambiental da I Gerência Regional de Saúde de Pernambuco (I GERES) durante a execução e supervisão da Campanha de Vacinação Antirrábica Animal em Pernambuco no ano de 2025.

As atividades ocorreram em 1º de novembro de 2025, correspondente ao Dia D da Campanha no estado de Pernambuco, além das ações complementares pós-campanha desenvolvidas entre os dias 11 e 27 de novembro. A supervisão contemplou municípios pertencentes à I GERES por meio de visitas técnicas a pontos de vacinação fixos e provisórios, distribuídos em áreas urbanas e rurais.

Antes da realização da campanha, ocorreu uma reunião de alinhamento entre os supervisores, com orientações referentes aos objetivos da ação, fluxos de supervisão, preenchimento dos instrumentos de coleta de dados, medidas de prevenção de acidentes durante o manejo animal, boas práticas e oportunidades de melhorias, visando o fortalecimento da gestão e o aperfeiçoamento contínuo das ações de vigilância em saúde.

O encontro ocorreu de forma semipresencial, com participação presencial na sede da I GERES e transmissão on-line por meio da plataforma *Google Meet*. As equipes foram organizadas segundo o território, priorizando a visita aos postos ainda não supervisionados em campanhas anteriores. Para o registro das supervisões, orientou-se registros fotográficos que mostrassem a rotina de trabalho, contendo identificação do posto de vacinação e do município supervisionado, além do preenchimento da ficha de supervisão dos postos de vacinação, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1. Instrumento de supervisão dos postos de vacinação.



SUPERVISÃO DO POSTO DE VACINAÇÃO – CAMPANHA ANTIRRÁBICA

IDENTIFICAÇÃO					
Município:			**Geres:**		
Bairro:			**Data:**____/____/____		
Posto de Vacinação:					
Tipo de Estabelecimento: Posto Provisório ( ) Escola ( ), ESF/PACS ( ) Secretaria de Saúde ( )					
Outro (descrever):					
INFRAESTRUTURA				**SIM**	**NÃO**
O ambiente permite a conservação da temperatura das vacinas?					
Há incidência de luz solar direta no local?					
Possui local para higienização das mãos?					
Há suporte para alimentação e sanitário aos vacinadores?					
Local é de fácil acesso a população?					
Está devidamente identificado?					
Possui referência para encaminhamento e atendimento humano em casos de incidentes?					
INSUMOS (Em quantidade adequada)	**SIM**	**NÃO**	**FORMULÁRIOS**	**SIM**	**NÃO**
Vacinas?			Evento adverso pós-vacinação?		
Luvas?			Ficha SINAN		
Álcool?			Ficha de Produção		
Seringas e agulhas?			Boletim de Produção		
Lixo comum, contaminado e perfurocortante?					
QUANTITATIVOS DE PROFISSIONAIS (PREENCHER EM NÚMEROS)					
ACE: ACS: M. Vet.: Voluntários: Outros: Total:					
REDE DE FRIO				**SIM**	**NÃO**
As vacinas estão condicionadas em caixas térmicas com baterias?					
Há termômetro para verificar a temperatura das caixas térmicas?					
A temperatura das caixas térmicas são acompanhadas e registradas?					
A temperatura obedece ao estabelecido (2°C a 8°C)?					
Há baterias reservas suficientes para manutenção da temperatura?					
PROCEDIMENTOS TÉCNICOS				**SIM**	**NÃO**
Preparo da vacina é realizado com volume adequado?					
Há preparo antecipado de doses?					
Há abertura de mais de um frasco de vacinas por vez?					
A técnica de administração está correta?					
O manuseio do frasco está correto?					
Reencapamento de agulhas?					
As agulhas estão sendo descartadas em caixa perfurocortante?					
CARACTERÍSTICAS DOS ANIMAIS				**SIM**	**NÃO**
Material para contenção? Cambão( ) Focinheira( ) Corda de Nylon( ) Saco de Ráfia p/felinos ( )					
Há separação de caninos e felinos?					
Há um distanciamento de segurança entre os animais?					
É observada a idade do animal?					
Em caso de acidentes com o animal, há água e sabão para limpeza do ferimento?					
Há algum formulário e/ou cadastro para a vacinação em momento posterior? Acumuladores, etc...					
Possui referência para atendimento animal em casos de incidentes?					

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE PERNAMBUCO FOR.SES.ARB..01 - REV01 DATA: 01/08/2023 1/1

Fonte: SES-PE, 2025.

Participaram das ações profissionais da vigilância ambiental, médicos veterinários, agentes comunitários de endemias, apoiadores municipais, voluntários e residentes em saúde lotados na primeira regional. A análise do presente relato fundamentou-se na sistematização das experiências vivenciadas em campo e nos documentos técnicos produzidos durante a campanha.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A supervisão da Campanha de Vacinação Antirrábica Animal da I GERES, contemplou 19 municípios e 39 pontos de vacinação. Em geral, os pontos supervisionados apresentaram condições estruturais adequadas para realização das atividades, com boa ventilação, iluminação, organização dos fluxos de atendimento e identificação visível dos locais.

Observou-se disponibilidade satisfatória de insumos, garantindo a continuidade das ações, além de adequada conservação das vacinas na maioria dos postos supervisionados. Entretanto, foram identificadas fragilidades pontuais relacionadas à rede de frio, como ausência de registros de temperatura, insuficiência de gelo reciclável e acondicionamento inadequado dos imunobiológicos em alguns locais. Os vacinadores demonstraram domínio técnico na administração das doses e no descarte correto dos materiais perfurocortantes, sendo as inconsistências observadas prontamente corrigidas durante as supervisões.

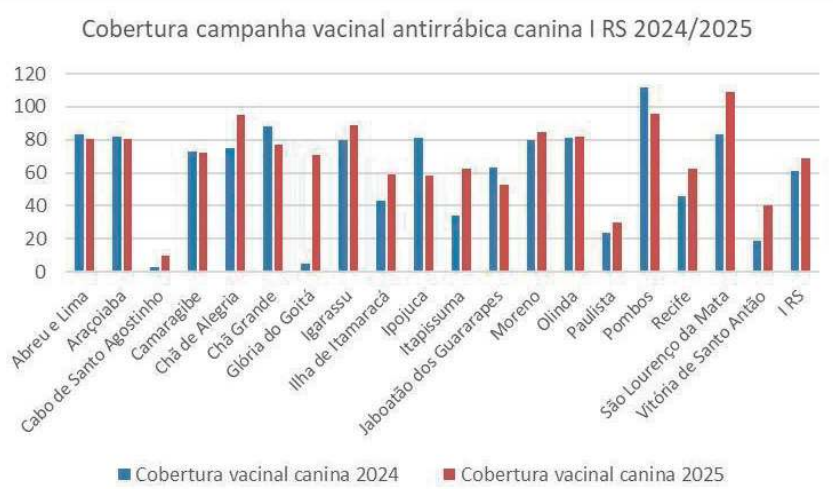
O manejo e a contenção dos animais ocorreram de forma segura na maior parte dos postos, com utilização de equipamentos adequados e definição prévia de unidades de referência para possíveis incidentes. Também foram observadas boa mobilização social, adesão da população e comprometimento das equipes, apesar das dificuldades relacionadas à infraestrutura de alguns postos, limitação de materiais de contenção animal e comunicação em áreas rurais.

Finalizado a campanha, foi realizada uma reunião colegiada em formato remoto pela plataforma do *Google Meet* no dia 19

de dezembro de 2025 com os técnicos apoiadores das vigilâncias ambientais de cada município supervisionado. O objetivo foi apresentar aos municípios os resultados consolidados da campanha de vacinação antirrábica animal 2025. Durante o encontro, foram apresentados os dados consolidados e a análise comparativa das doses de vacina antirrábica aplicadas na rotina e as doses administradas durante a campanha de vacinação de 2025.

Observou-se que, ao incluir as doses aplicadas na rotina ao longo dos anos de 2024 e 2025, ocorreu incremento significativo da cobertura vacinal global, resultando em percentuais mais próximos ou superiores às metas preconizadas pelo Ministério da Saúde, sobretudo para a população canina. Esse achado reforça a relevância da vacinação de rotina para a consolidação da proteção coletiva, complementando as ações concentradas do Dia D. Logo, evidenciou um desempenho satisfatório, como mostra a Figura 2.

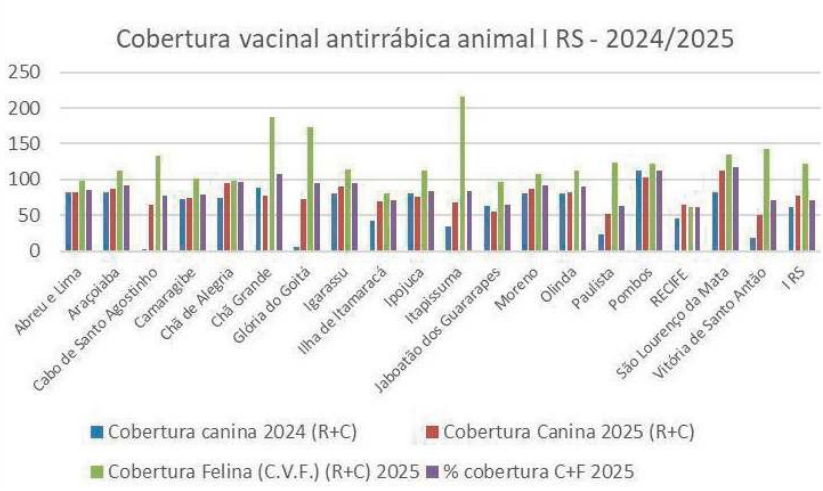
Figura 2. Cobertura da campanha vacinal antirrábica canina da I Regional de Saúde de Pernambuco. Período 2024-2025.



Fonte: SES-PE; DGVA; I GERES; Vigilância Ambiental, 2025.

Os dados demonstraram que a inclusão das doses aplicadas na vacinação de rotina, associadas às ações de campanha realizadas em 2024 e 2025, contribuiu para o aumento significativo da cobertura vacinal antirrábica nos municípios da I GERES. O gráfico na Figura 3 evidenciou diferenças entre os municípios quanto à cobertura vacinal canina e felina, refletindo variações na organização dos serviços, capacidade operacional e adesão da população às ações de imunização. Observou-se ainda que a vacinação de rotina desempenha papel fundamental na consolidação da imunidade coletiva e na redução de lacunas de cobertura entre os ciclos anuais da campanha.

Figura 3. Cobertura vacinal antirrábica animal (canina e felina) da I Regional de Saúde de Pernambuco. Período 2024-2025.



Fonte: SES-PE; DGVA; I GERES; Vigilância Ambiental, 2025.

A respeito do resultado da supervisão pós-campanha de vacinação antirrábica, utilizada para ampliar a cobertura vacinal em áreas rurais ou mais afastadas do centro, sistematizou as atividades conduzidas durante os dias 11 a 27 de novembro, em continuidade ao apoio técnico prestado aos municípios após a realização da campanha do Dia D. Nesse período, foram visitados cinco municípios com 7 postos de vacinação foram supervisionados, abrangendo

diferentes tipos de pontos, como sítios, escolas e áreas de atuação porta a porta, possibilitando um acompanhamento detalhado das condições de trabalho e da execução das atividades de imunização desses animais nos territórios acompanhados. As ações em campo foram conduzidas por equipes compostas de agentes comunitários de endemias dos próprios municípios e a supervisão de um técnico da Vigilância Ambiental da I GERES.

A vacinação antirrábica realizada na modalidade porta a porta apresentou desafios relacionados à manutenção da rede de frio em percursos prolongados sob exposição solar e dificuldades no manejo dos animais nos domicílios, especialmente devido à contenção inadequada por parte dos tutores. Também foram identificados animais impossibilitados de vacinação, como idosos debilitados, fêmeas gestantes e filhotes com menos de quatro meses. Apesar dessas dificuldades, os supervisores realizaram orientações às equipes e aos tutores, garantindo a condução segura das ações, sem registro de acidentes durante a campanha.

DISCUSSÃO

Os achados deste relato evidenciam a relevância da supervisão técnica para o fortalecimento das ações de vigilância em saúde durante a Campanha de Vacinação Antirrábica Animal. A experiência da I GERES demonstrou que o acompanhamento sistemático dos municípios contribui para identificação de fragilidades operacionais, orientação das equipes e qualificação das ações nos territórios, favorecendo a segurança dos profissionais, a manutenção da qualidade dos imunobiológicos e a ampliação da cobertura vacinal.

A adequada organização dos postos, a disponibilidade satisfatória de insumos e o comprometimento das equipes municipais refletem o fortalecimento das ações intersetoriais entre vigilância ambiental, saúde animal e atenção básica. Esses resultados corroboram estudos que apontam a vacinação antirrábica como principal medida de prevenção da raiva humana e animal, especialmente

em países endêmicos, nos quais elevadas coberturas vacinais são essenciais para interrupção da circulação viral[6,7].

Entretanto, persistiram fragilidades relacionadas à limitação de materiais de contenção animal, às condições estruturais de alguns postos e ao monitoramento da rede de frio, evidenciando a necessidade de fortalecimento das práticas de vigilância e educação permanente das equipes[8].

Outro aspecto relevante refere-se às dificuldades observadas na vacinação porta a porta em áreas rurais, especialmente relacionadas ao manejo inadequado dos animais pelos tutores e às condições ambientais adversas. Essas situações reforçam a importância do planejamento logístico, da comunicação comunitária e da participação ativa da população nas ações de prevenção e controle da raiva[9].

Destaca-se ainda que os municípios que mantiveram ações contínuas de vacinação de rotina apresentaram melhores resultados de cobertura vacinal, evidenciando que as estratégias concentradas do Dia D tornam-se mais efetivas quando articuladas às atividades regulares da vigilância em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de supervisão da Campanha de Vacinação Antirrábica Animal da I GERES evidenciou a importância do acompanhamento técnico regional para qualificação das ações de vigilância em saúde e fortalecimento das campanhas de imunização animal.

As supervisões possibilitaram identificar potencialidades relacionadas à organização dos serviços, ao comprometimento das equipes e à adesão da população, além de reconhecer fragilidades que demandam aprimoramento contínuo, especialmente quanto ao controle da rede de frio e às estratégias de comunicação em áreas rurais.

Dessa forma, recomenda-se a continuidade das supervisões técnicas regionais, o fortalecimento da vacinação de rotina e o investimento em educação permanente das equipes, visando ampliar

a cobertura vacinal e fortalecer as ações de prevenção e controle da raiva no estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

1. Silva VJ, Alves APP, Torres LCGFL, Silva TF, Souza AP, Silva FM, et al. Panorama atual do vírus da raiva com ênfase em características moleculares, resposta imunológica e inovações tecnológicas. Rev Contemp. 2025;5(5):e8149. doi: 10.56083/RCV5N5-070
2. Cerqueira TAPM, Luz RMA, Ribeiro ML, Amorim GC, Ramos CS, Coelho JA, et al. Mudança no perfil epidemiológico da raiva no Brasil. Pubvet. 2023;17(9):e1455. doi: https://doi.org/10.31533/pubvet.v17n9e1455
3. Silva A, Silva AS, Teles RCCC, Rabelo MN, Pereira ES, Oliveira AA, et al. Aspectos epidemiológicos da raiva: estudo descritivo. Pubvet. 2022;16(9):e1310. doi: 10.31533/pubvet.v16n09a1218.1-11
4. Oliveira FM, Tavela AO, Wagner KJP. Associação entre fatores socioeconômicos e demográficos e vacinação antirrábica de cães e gatos domésticos. Cad Saude Colet. 2023;31(2):e31020172. doi: 10.1590/1414-462X202331020063
5. Coelho-Costa MLM, Ribeiro PCB, Lima OC, Barbosa VS, Vilar EM, Cordeiro-Estrela P, et al. Investigação e intervenção das vigilâncias epidemiológica e ambiental da Prefeitura do Recife, Pernambuco, Brasil, no caso de óbito por raiva humana em 2017. Med Vet (Recife). 2023;17(4):230-240. doi:10.26605/medvet-v17n4-5751.
6. Chaves H, Macêdo AA, Leite DPSBM, Leite AGB. Evolução epidemiológica da raiva no Brasil na última década: um estudo retrospectivo. Gestus Multi. 2025;1(1):54-59. doi: 10.5281/zenodo.16648312
7. Macêdo ALL, Soares ATC, Soares CP, Macêdo IFL, Carvalho LM, Silva MAL, et al. Raiva humana: uma abordagem integrada entre saúde humana e animal. In: Cuidado Integral em Saúde. 2025;2. doi:10.37885/250519404.
8. Silva MCF, Lira NSC. Dificuldades encontradas por discentes do curso de Medicina Veterinária em campanhas de vacinação antirrábica no Estado de Pernambuco. Rev Foco. 2024;17(11):e6466. doi:10.54751/revistafoco.v17n11-046.

9. Paula Júnior RA, Fialho TM. Organização das ações de campanha de vacinação antirrábica em Colatina, Espírito Santo: relato de experiência. RBPS. 2023;24(2):118-124. doi: 10.47456/rbps.v24i2.36728.

10. Brasil. Ministério da Saúde. Manual de vigilância, prevenção e controle da raiva [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2022. Available from: https://www.gov.br/saude/